

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

18/06/2019
TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





O que Goiás terá de fazer para ter o aval da União

EQUILÍBRIO FISCAL Entenda o que prevê cada uma das medidas do plano, seus efeitos e os caminhos prováveis que Goiás deve adotar para ter acesso à ajuda

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Esperado desde fevereiro pelo governo de Goiás, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) estabelece um cardápio de oito opções para que cada Estado escolha três, em troca da autorização da União para captar empréstimos de até R\$ 10 bilhões por ano - valor disponível em conjunto para todos os Estados.

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, disse ao POPULAR ontem que não foram escolhidos os três itens e que a decisão terá de levar em conta o ambiente político. Isso porque qualquer das opções terá de ser submetida à Assembleia Legislativa.

O PEF foi feito para os Estados em dificuldades financeiras que têm baixa capacidade de pagamento de empréstimos. Goiás tem nota C na Capacidade de Pagamento (Capag) da Secretaria do Tesouro Nacional, o que impede o Estado de captar financiamentos com aval da União, ou seja, com maiores vantagens no contrato.

Ao escolher os três itens, cada Estado sinaliza com o plano de ajuste fiscal, indicando em que val apostar para equilibrar as contas. "Para aumentar a poupança será preciso que os Esta-

dos façam uma combinação de corte real de despesa com aumento real da arrecadação, cabendo a cada Estado decidir como fazer esse ajuste, se mais pelo lado da despesa ou mais pelo lado da receita", diz nota do Tesouro Nacional.

A reportagem explica (leia quadro) o que prevê cada uma das medidas, seus efeitos e o peso político, apontando quais são os caminhos mais prováveis para que Goiás assine a adesão.

Na quarta-feira (12), o presidente da Câmara, Rodrigo Mala (DEM-RJ), criou comissão especial para analisar o PEF, formada por 34 integrantes. A Casa aguarda a indicação dos membros pelos líderes partidários.

Segundo a Mesa, como o mérito tem de ser analisado por mais de três comissões - no caso específico são quatro: de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Desenvolvimento Urbano; e de Finanças e Tributação -, o Regimento Interno da Câmara exige a comissão especial. No despacho, a mesa estabeleceu prioridade na tramitação do projeto.

Após a definição dos integrantes, haverá escolha de presidente e relator e definição do plano de trabalho da comissão.

8 opções aos Estados para adesão ao PEF

Do cardápio abaixo, cada Estado terá de escolher três itens. Veja detalhes de cada uma das possibilidades para o cenário de Goiás



1

Autorização para privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento ou de gás, com vistas à utilização dos recursos para quitação de passivos

O governador Ronaldo Caiado prometeu na campanha eleitoral que não privatizaria a Saneago e mantém o discurso de que considera a estatal viável. A empresa de energia (antiga Celg D) já foi privatizada e não há estatal em Goiás do setor financeiro.

2

Redução de incentivos ou benefícios de natureza tributária em 10% no 1º exercício subsequente ao da assinatura do Plano e suspensão de concessões de novos incentivos ou benefícios na duração do PEF

O Estado já promoveu cortes em benefícios no final do ano passado, mas não se sabe se os efeitos terão validade para a contagem do percentual, já que o texto fala em redução no exercício seguinte à assinatura. Haverá grande resistência do setor produtivo, mas o governo já vem defendendo o enfrentamento dessa discussão.

3

Revisão do regime jurídico único dos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional para suprimir benefícios ou vantagens não previstos no regime de servidores públicos da União

O Estado teria de rever planos de carreiras e extinguir todos os benefícios a categorias de servidores para se igualar ao regime federal. Quinquênios e licenças-prêmios, por exemplo, seriam afetados. O governo considera muito desgaste com o funcionalismo, já penalizado com o atraso de salários de dezembro, não pagamento de data-base e de outros benefícios.

4

Adoção do teto dos gastos limitados ao IPCA ou à variação anual da receita corrente líquida, o que for menor

O Estado aprovou uma PEC do Teto em 2017, nos moldes do governo federal, mas estabeleceu o limite sobre a despesa corrente orçada e suplementada e não sobre a receita realizada. Para aderir a este item, teria de alterar a PEC. Na prática, já há limitação de gastos por falta de recursos.

5

Eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição Federal (saúde e segurança)

O Estado teria de excluir a obrigação de aplicação de 2% da receita na Universidade Estadual de Goiás (UEG). A outra vinculação de nível estadual, de 1,25% para apoio à pesquisa (0,5%), ciência e tecnologia (0,5%) e pesquisa agropecuária (0,25%), já foi flexibilizada na PEC do Orçamento Impositivo, aprovada em maio. A Secretaria de Economia já sinalizou em favor das desvinculações.

6

Adoção do princípio de unidade de tesouraria para implementar gestão financeira centralizada junto ao Tesouro do Poder Executivo

Embora os discursos do governador e da secretária da Economia sejam nesse sentido, de que o caixa é um só, o governo considera que não haveria apoio no Legislativo para aprovação, já que afeta diretamente o Poder, além do Judiciário, que também tem poder de pressão. O PEF e recomendações do TCE-GO reforçam a conta única, mas politicamente é improvável a aprovação.

7

Adoção de medidas voltadas à prestação de serviço de gás canalizado, segundo diretrizes da Agência Nacional de Petróleo

Segundo a Secretaria da Economia, não há estrutura no Estado.

8

Se houver companhia de saneamento, a adoção do seu processo de desestatização

O interesse do Estado até o momento é vender 49% das ações da Saneago, mantendo a maioria do capital acionário. Portanto, a possibilidade é vista como descartada no cenário atual.

